

E VOCÊ, AINDA DEFENDE ESTADO MÍNIMO?

Diante da pandemia da COVID-19 (coronavírus), o mundo inteiro passa a rever seus conceitos sobre o modelo de Estado. No Brasil, parece que ainda não caiu a ficha da cúpula do governo de que sem Estado não há como se enfrentar esta e nenhuma outra crise que se apresente. O ministro Paulo Guedes continua insistindo na sua pauta de reformas que só faz enfraquecer as estruturas do Estado e garantir lucros para o já multimilionário setor financeiro.

A velha disputa entre os defensores do Estado de Bem-estar e do Estado Mínimo parece estar chegando ao fim. Os defensores do Estado Mínimo, que se proliferaram a partir da década de 1980, sempre tiveram dificuldades para demonstrar a assertiva de suas teorias com exemplos de que o mercado, sem intervenção do Estado, se autorregularia e promoveria maior desenvolvimento econômico e social, pois não havia exemplos na experiência internacional que pudesse de fato comprovar suas opiniões. Tudo se baseava em concepções puramente teóricas. Por outro lado, o desenvolvimento econômico e a melhora significativa das condições de vida das populações sempre puderam ser observados em Estados de Bem-estar social.

No Brasil, até muito pouco tempo atrás, mesmo os defensores do Estado Mínimo não conseguiam defender abertamente suas propostas, de redução ou extinção da Saúde pública, da Educação pública, e das políticas universais. Atuavam, como se costuma dizer, pelas beiradas, criticando o Estado, promovendo campanhas contra os tributos, idolatrando o setor privado, depreciando os serviços públicos e os servidores e disseminando muitos mitos com a finalidade de inviabilizar o aprofundamento do Estado Social.

Até que, em 2018, foi eleito um governo que expressamente declara sua intenção de reduzir o Estado a uma função absolutamente residual e meramente assistencial. Estes, que hoje são governo, não escondem seus propósitos de privatizar a Saúde, a Educação, a Previdência e de tirar o Estado de qualquer atividade de natureza econômica, bem como de mitigar o poder do Estado de interferir na economia. São emblemáticas as manifestações[1] do ministro da Economia de que o Brasil está vendendo tudo, imóveis, estatais, petróleo, o pré-sal, etc.

A redução do tamanho do Estado, o que significa em outras palavras, a redução da Saúde, da Educação, da Previdência, da Segurança, da pesquisa científica, passou a ser o objetivo principal do governo, que, paradoxalmente, se declara patriota e nacionalista. O próprio governo passou a liderar uma campanha nacional contra o setor público. O ministro da Educação não poupa críticas às universidades públicas, o ministro do Meio Ambiente critica a fiscalização ambiental, e assim por diante.

Até mesmo a mitigação da soberania nacional está nos planos, na medida em que subordinam nossas políticas de defesa e de relações internacionais aos interesses dos EUA. Na área econômica do governo, que se diz patriota, setores estratégicos estão sendo vendidos a empresas estrangeiras.

Mas, neste momento, o Brasil e o mundo todo chegaram numa encruzilhada. O tão decantado Estado Mínimo, além de não ter conseguido produzir nenhum exemplo de sucesso econômico mundial, que o justifique, é absolutamente incapaz de combater uma epidemia como a que estamos vivendo. Rapidamente, mesmo os mais ferrenhos defensores do mercado, cobram soluções do poder público. Aqui, felizmente, o SUS ainda permanecia estruturado, embora, muitas foram as tentativas precarizá-lo. O SUS ainda está presente em todos os mais de 5000 municípios brasileiros e constitui um dos sistemas mais complexos de Saúde do mundo.

As estratégias de prevenção, controle e combate ao coronavírus que se espalha de forma acelerada, são todas produzidas pelo setor público. São servidores públicos, e não CEOs

de corporações privadas, que estão à frente de todas as ações de combate à esta ameaça. É a Saúde pública e não a Saúde privada que está atendendo os infectados.

Se alguém ainda tinha alguma dúvida de qual seria o melhor modelo de Estado para o Brasil, certamente, a partir desta tragédia que vivemos, não terá mais, exceto pelo esquecimento coletivo que poderá vir algum tempo depois de passado este triste episódio histórico. Até mesmo representantes importantes do setor privado, como os executivos das 200 maiores corporações norte-americanas, reunidos no BUSINESS ROUNDTABLE, sob a presidência de Jamie Dimon, CEO do banco J.P. Morgan Chase, já aceitaram que o ciclo neoliberal partia de uma lógica errada de que a economia de mercado, livre das amarras do Estado, seria boa para todos. Segundo eles esta crença é falsa e que a economia de mercado sem Estado só é boa para os ricos.

Os nossos constituintes de 1988 souberam estabelecer na nossa Constituição as bases para a construção de um Estado de Bem-estar social, com garantias de direitos sociais e individuais e criação de todas as estruturas necessárias para garantir o bem de todos com justiça social.

No entanto, este modelo de Estado vem sendo disputado desde então, com a recente vitória daqueles que declaradamente defendem o Estado Mínimo. Diante do drama que a epidemia nos impõe, está cada vez mais evidente que não há saída fora do Estado, nem mesmo para os mais ricos, pois as fronteiras, sempre abertas aos fluxos financeiros e comerciais, se fecham para as pessoas, e as soluções deverão ser encontradas dentro do país.

Desde 2016, no entanto, com a Emenda Constitucional 95, que criou o teto dos gastos, a Saúde pública no Brasil vem perdendo recursos a cada ano. Em 2019, a perda de recursos para a Saúde foi de R\$ 13,5 bilhões. Segundo Ana Paulo Sóter e Bruno Moretti, a estimativa de perdas na área da Saúde, entre 2018 e 2020, é de R\$ 27,5 bilhões[2]. Em relação às receitas correntes líquidas da União, as despesas de Saúde representavam 15,8% em 2018, reduziu-se para somente 13,5% em 2019, uma perda significativa, considerando que o crescimento econômico foi pífio. A Comissão Intersetorial de Orçamento e Financiamento, do Conselho Nacional de Saúde, já havia calculado que até 2036, o SUS deixaria de receber R\$ 434 bilhões do governo federal[3]. Mesmo sem essa presença indesejada do coronavírus, a falta de recursos na Saúde pública já ameaçava colapsar em breve todo o sistema de atendimento à população.

Todo centavo que se tirou da Saúde nos últimos anos, agora será cobrado com juros e pesadas multas. O Estado precisa ser reconstruído numa velocidade maior do que a propagação do vírus. É preciso interromper e reverter o processo de redução do Estado. Ninguém estará a salvo se a Saúde pública não for reaparelhada rapidamente. O processo de desconstrução do Estado não deve apenas ser suspenso, deve ser revertido. A Constituição precisa ser defendida e preservada. E para isso é preciso buscar recursos onde os recursos se acumularam nos últimos anos.

Como muito bem pontuado pelo presidente da Fenafisco, Charles Alcântara, o Brasil possui 206 bilionários que, juntos, acumulam uma fortuna de mais de R\$ 1,2 trilhão. Quase metade de toda a riqueza acumulada no Brasil está nas mãos de apenas 1% das famílias. Um imposto de 1% sobre estas fortunas já arrecadaria mais de R\$ 80 bilhões ao ano. Não parece que este valor faria tanta falta assim a estas pessoas, mas, com certeza, seria determinante para salvar milhares de vidas.